



# Anais da Assembléia

Nº 98

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 03 DE SETEMBRO DE 1980

ANO VI

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 97.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1.980. QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### INDICAÇÕES:

##### INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder do PMDB, indico os Srs. Deputados: DENI SCHWARTZ e DARCY DEITOS, para comporem a Comissão Especial de Investigação dos Problemas Energéticos do Paraná.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1.980.

(a) RENATO BERNARDI.

##### INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder do PMDB, indico o Sr. Deputado TRAJANO BASTOS para a Comissão que irá a Brasília para tratar de questão da paralização das obras viárias do Estado.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1.980.

(a) RENATO BERNARDI.

##### INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

À  
MESA EXECUTIVA

Na condição de Líder da bancada do Partido Popular,

venho indicar o Sr. Deputado João Elísio para, como representante deste partido, compor a Comissão Especial que irá a Brasília tratar de assuntos ligados à paralização das obras viárias no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1.980.

(a) DÁCIO LEONEL.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais e atendidas as formalidades, REQUER a expedição urgente de TELEX às Lideranças de todos os partidos existentes no Congresso Nacional, para que não seja aprovada a emenda prorrogacionista Anísio de Souza, que incompatibiliza a pretensão democratização do Brasil com a vontade da Nação, além de significar violação inominável dos mandatos que o eleitorado concede a prefeitos e vereadores e aplicação definitiva da absurda bionicidade em todos os setores da vida pública.

Afinal, não há abertura sem eleições.

Prorrogação é executar mais uma fase contra o processo político rumo à democratização do País.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofícios aos Senhores Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando anistia para as sanções disciplinares impostas a funcionários públicos e militares primários, pelo significado histórico da visita Papal ao Paraná, em julho último.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1980.

(a) NESTOR BAPTISTA.

### JUSTIFICATIVA:

Diversos Estados registraram a visita do Papa João Paulo II em solo brasileiro, através de atos de perdão, em reconhecimento à pregação do Sumo Pontífice, toda ela estribada no amor ao próximo e na fraternidade, não só entre brasileiros, mas entre as demais nações.

O Presidente da República baixou ato anistiando milhares de condenados pela Justiça Criminal.

O Governador do Piauí, Lucídio Portela, pelo Decreto n.º 3.678, cancelou as penas disciplinares sofridas por servidores públicos civis e militares.

Até a Justiça desportiva anistiou atletas infratores.

Nada mais justo e humano, que os Três Poderes do Paraná, em cujo Estado o Papa recebeu a mais calorosa e marcante acolhida, registrassem, com elevado sentido de magnanimidade, a visita Papal com demonstração de nobreza de sentimentos e generosidade, determinando o cancelamento de sanções disciplinares impostas a funcionários públicos e militares primários.

Milhares de servidores encontram-se com seus assentamentos funcionais manchados com sanções oriundas, muitas vezes, de meras intrigas funcionais ou políticas, impedindo-os de acesso ou remoção na carreira.

### PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 125/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarado de utilidade pública o “CENTRO SOCIAL SANTO AGOSTINHO”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços no campo da assistência social na comunidade em que atua no bairro do Ahu de Baixo em nossa Capital.

A documentação que anexo apresentamos, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos em lei para que a mesma receba o reconhecimento público estadual.

Com isso apresentamos o presente plano de lei que esperamos receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 126/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarado de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACAREZINHO, MANTENEDORA DA CRECHE “NICE BRAGA”.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1980.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços ao Menor abandonado e sua recuperação.

Amparo e Assistência à Maternidade e à Infância. No momento, a Creche está passando por dificuldades financeiras, decorrentes do corte de verba do Governador do Estado.

Entendemos, portanto, que a referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, razão pela qual levamos à consideração dos aludidos Pares, esperando desta forma o seu pronunciamento e conseqüente aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz (Ausente).

A Mesa concede a palavra ao nobre Deputado Nelson Fricrich, inscrito.

C SR. NELTON FRIEDRICH – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando um requerimento, solicitando o envio de telex urgente ao Ministério da Agricultura, objetivando que se faça a suspensão imediata da venda do milho importado, através da Bolsa de Cereais de São Paulo, bem como o respectivo leilão, fazendo com que esta suspensão possa atender os interesses de pequenos e médios produtores, já que o milho importado tem o claro objetivo de suprir o mercado interno, e o que nós estamos vendo, mais uma vez, os grandes grupos econômicos, principalmente ligados à indústria de ração, absorvendo este produto que veio para suprir a necessidade de nosso País.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o objetivo principal da nossa presença na tribuna, é de registrar, nesta quarta-feira,

a necessidade de, mais uma vez, já que as coisas estão por demais claras, e firmar não só, o protesto, como até o desânimo, ante a subserviência e os falsos democratas. A decência e a dignidade do político brasileiro, estão em julgamento, hoje e amanhã no Congresso Nacional, talvez, os vírus da cupidez e da ambição pessoal serão, mais uma vez, os vencedores.

Não podemos entender, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Emenda Anísio de Souza, que segundo cálculos e projeções do Governo, estará aprovada até o final da semana, ganha na verdade, dado o atestado mais uma vez, do despreparo, da falta de dignidade, da falta de decência daqueles que se dizem democratas deste País.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos nesta instante, fazer, não um apelo, mas deixar até um desafio, que todos os partidos políticos nesse instante de suma importância para a vida democrática do Brasil, assumam a responsabilidade que consta dos seus programas, de defenderem as eleições livres e diretas. Valia a pena, que a Nação inteira desafiasse as lideranças dos partidos políticos, para que essas lideranças, se não conduzissem a unanimidade da votação de eleições para prefeitos este ano, ou no máximo em janeiro de 1981, tivessem a coragem de fazer uma solene fogueira, de todos os seus programas políticos, para que se matasse de uma vez por todas, as letras constantes destes programas que acabam ficando só no papel.

Ainda ontem, acompanhando a expectativa pela grande imprensa, nós já sentíamos quão monótona seria essa decisão.

Não podemos entender, por exemplo, o partido do governo que tem a maioria e diz que está aí, pronto a defender os interesses da democracia, que fez do seu programa um programa até ousado nele constando as eleições livres e diretas pelo sufrágio, secreto e universal, possa esta maioria dar nesse instante mais uma vez a demonstração da sua subserviência, da sua omissão, da sua passividade, cedendo aos interesses maiores do Planalto e, mais uma vez, sepultando a dignidade da classe política nacional.

Não sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se como iniciei a decência e a dignidade, suplantarão a cupidez e a ambição pessoal, mas está ficando nítida mais uma vez, aos olhos de toda a Nação, de que na verdade, pouco se pode esperar desse parlamento, pouco se pode esperar de um parlamento que tem origem no Pacote de Abril, que tem a bioncidade e que é pior de tudo, tem uma maioria, que se esquece dos compromissos populares, que se diz democrata mas, que na essência, está aí para referendar tudo que os “Deuses do Olimpo” definirem. Talvez, como ontem um periodista colocava, concluo, Sr. Presidente, tão ou mais grave do que as bombas, recentemente colocadas na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, na Ordem dos Advogados do Brasil e na própria Sede da “Tribuna da Luta Operária”, talvez tão séria quanto tais bombas, seja a bomba Anísio Souza, que hoje explodirá no Congresso Nacional, só que, quem está por trás dela, não são obscuras forças da extrema direita que querem desestabilizar, são os políticos que aceitam, através de medidas prorrogacionistas, a bioncidade e a indignidade da vida pública neste País.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa registra a presença em nosso plenário, do Sr. Divanir De Pierre.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A partir de ontem a “clac” está montada em Brasília, para referendar mais um golpe que será desfechado, que será jogado em cima do povo brasileiro, tirando o seu direito de escolher prefeitos e vereadores, nas eleições de 15 de novembro

de 1980.

Queremos nesta manhã, Sr. Presidente, deixar aqui o nosso protesto e o nosso repúdio antecipado se tal emenda constitucional, do Deputado Federal Anísio de Souza vier a ser aprovada como que quase que temos certeza pelo que podemos observar na grande imprensa, que o Partido Situacionista, o PDS, está mobilizando todas as suas forças, está fazendo de tudo para que esta emenda seja aprovada e o povo seja vilipendiado, seja roubado nos seus direitos.

Dizem eles, Sr. Presidente, que se esta emenda não for aprovada, o pior virá a acontecer que será a intervenção nos quatro mil municípios brasileiros e, nós temos a dizer, Sr. Presidente, que o Governo deveria intervir nos municípios brasileiros, para ser desmascarado, para ser desnudado perante a opinião pública brasileira, perante a opinião pública internacional, porque está havendo um mascaramento de uma falsa abertura, de uma falsa democracia, Sr. Presidente, porque não podemos concordar que democracia seja aliada com prorrogação de mandatos, seja aliada com cancelamento de eleições. Porque democracia, Sr. Presidente, é o povo ser consultado para escolher os seus governantes. E não venham aí mentir para a opinião pública brasileira e para a opinião pública internacional, que vivemos num mar de rosas, que aqui temos uma verdadeira democracia, que aqui o João quer fazer uma democracia mas ao mesmo tempo quer cancelar eleições pressionando toda a sua maioria congressual, levando inclusive para Brasília caravanas de prefeitos e vereadores. E quer nos parecer até com o gasto pelos cofres públicos para pressionar os Deputados e Senadores para que votem nesta excrecência que é a excrecência chamada Emenda Anísio de Souza, cancelando as eleições de 1980 e prorrogando os mandatos para 1982 dos atuais prefeitos e vereadores que foram eleitos, tão somente por quatro anos, Sr. Presidente.

Era este o registro que eu queria fazer, para que os Anais desta Casa sejam fiéis do momento em que se passa na política brasileira.

O meu repúdio se esta emenda constitucional for aprovada pela maioria do partido chamado PDS, que dá sustentáculo a este Governo ilegal.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Discute-se nesta Casa o Plano de Reclassificação dos Funcionários Públicos Estaduais, e sobre ele apresentamos nesta data uma emenda, do seguinte teor: (Lê):

“Emenda ao Projeto de Lei que trata da reclassificação dos servidores públicos estaduais.

“Inclua-se onde couber:

Art.... Os atuais funcionários efetivos que contem à data desta lei, com mais de 15 (quinze) anos de serviço público, poderão, a requerimento, solicitar aposentadoria.

§ 1.º) — Aplicam-se os dispositivos deste artigo, aos atuais professores não pertencentes ao quadro próprio do Magistério Público do Estado, nos termos da Lei Complementar n.º 7-76, de 22 de dezembro de 1.976, bem como ao Pessoal de Ensino Superior do Paraná.

§ 2.º) — Os servidores beneficiados pelo caput deste artigo, perceberão na inatividade, proventos proporcionais ao tempo de serviço público.”

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1980

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

Inativar o servidor corresponde ao prêmio do Poder Público a esta classe de colaboradores da máquina administrativa.

O Legislador dentro do ele revolucionário de 64, na inspiração de uma colaboração mais profunda do servidor, com o advento da Carta Magna de 67, firmou o artigo 100, item terceiro, daquela lei, que a inativação ocorreria ao servidor voluntariamente ao completar 35 anos de serviço sendo varão, e para as mulheres aos 30 anos.

Tal dispositivo ainda vigente já vem sofrendo entendimentos diversos, em virtude de sociólogos e biólogos serem unânimes em afirmar que a longevidade média dos países tropicais ter sido reduzida para 57 anos.

Considerando-se que um servidor quando muito cedo inicia o seu trabalho aos 20 anos de idade, somando o seu tempo necessário para a aposentadoria estaria na inatividade justamente ao final da sua vida, sem poder usufruir do prêmio justo do seu trabalho. E quantos serão aqueles servidores que não atingirão a inatividade, vindo a falecer antes desta conquista. De outro lado os cofres do poder público jamais podem acompanhar ou competir com o setor privado, no que respeita a remuneração de pessoal qualificado.

Vê-se pois o servidor público de um lado estável no serviço mas limitado nas suas aspirações, ceifado de vez em suas potenciais conquistas. Atado ao serviço público e impossibilitado de ganhar melhores salários.

A própria legislação do trabalho tem possibilitado várias alternativas para a inativação mais precoce, permitindo declarar proventos de até setenta por cento aos seus segurados, considerados os fatores diversos que acompanham a vida humana. Em posicionamento idêntico o Governo Federal, pela Lei Complementar n.º 36, de 31 de outubro de 1979, publicada no Diário Oficial da União em 5 de novembro do mesmo ano, ao implantar o Plano de classificação de cargos dos servidores federais, permitiu a aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ao tempo de serviço, aos servidores que contassem, pelo menos, 10 anos de serviço público.

“Dentre as categorias que motivaram a apresentação da presente emenda, destacam-se: o pessoal do ensino superior do Paraná, classificados em pessoal auxiliar, instrutor e titular, que constitui uma categoria em extinção, compondo o seu quadro não mais de 400 profissionais, mas que realmente, na ativa, não chega a 200 o número.

“No presente projeto de reclassificação, este quadro fica definitivamente fora dos níveis estabelecidos, sendo os seus vencimentos fixados à parte, prejudicando ainda mais a situação desse pessoal que, em sua totalidade contam com mais de 15 anos de serviço.

“Inclui-se ao presente os professores que não foram beneficiados pelo Estatuto do Magistério Público de Ensino, de primeiro e segundo graus. Se a esses também não se estendem os benefícios estatutários, pelo menos que se dê aos mesmos o direito de encerrar a carreira que outra iniciem com aspirações maiores, sem prejuízo de tempo de serviço já prestado ao Estado.

“Se a legislação proíbe melhores benefícios a esses servidores, que a própria lei lhes permita procurar outras alternativas de trabalho.

“O que não se pode conceber é a perpetuidade de situações divergentes, dentro de uma carreira do magistério público, com insatisfação da classe, com inegáveis repercussões negativas no processo educacional.

“Assim essa propositura em nada quer inovar, mas apenas permitir a essa classe de colaboradores a possibilidade de reconhecimento efetivo ao labor que ofertaram à causa pública.

“Que se repita no Estado do Paraná aquilo que na esfera federal já se concretizou em lei própria:— o prêmio e o direito dos servidores deixarem o serviço público mais cedo, pela aposentadoria proporcional, beneficiando a esses e ao próprio Poder Público.”

Requeiro ao Presidente desta Casa que encaminhe a pre-

sente emenda à Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O País vive, nestes últimos dias, sérias apreensões, em virtude de acontecimentos que mobilizaram a opinião pública e causaram também vítimas fatais.

Nós temos a opinião, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que nenhum País pode ter um Governo que se impõe ao arrepio da vontade nacional.

Pensamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os momentos difíceis que vivemos, de ameaças, e até de atos concretos contra os bens materiais e a vida do povo, decorre do que vivemos no passado, em consequência do que se impôs à Nação um Governo que não representa, ou pelo menos, não foi instituído pela vontade dos seus concidadãos.

E o próprio Governo, hoje, sofre as consequências da sua investidura através da força. Porque, na verdade, se sabe que violência gera violência. E foi em 64 que o Governo de hoje pelo menos pelo cidadão que o representa, derrubou um governo legitimamente constituído. E com isso, começaram a se perpetrar violências contra pessoas e contra a vida nacional, para que se mantivesse esse sistema e esse regime, ao longo desses 17 anos.

Nós, Sr. Presidente, na nossa formação cristã, pacífica e ordeira, por isso mesmo egajados na filosofia do PMDB hoje, MDB anteriormente. Engajados nessa filosofia porque não aceitamos qualquer tipo de violência para alcançar objetivos, ainda que sejam legítimos.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que acontece hoje, ao governo deste País, até num desrespeito ao Sr. Presidente da República, aos seus objetivos proclamados que é de redemocratizar plenamente este País, vemos que é uma consequência daquilo que se criou no passado para sua própria investidura.

Mas nós, do PMDB, ainda que este Governo não represente a vontade nacional, ainda que este Governo tenha sido constituído como gostaríamos que fosse, através do voto do povo, queremos dizer que jamais moveríamos uma palha para, através da violência, retirá-lo do poder. Porque sabemos que Sua Excelência tem um prazo limitado para o exercício de seu mandato, de sua investidura e esse prazo de esgotará.

Então, queremos ter esperança mesmo e acreditar naquilo que afirmou o Sr. Presidente da República de que este País, pelo seu empenho, voltará à plenitude democrática, no mais breve tempo possível.

Esperamos que, a começar pela Presidência da República, teremos eleições, na sucessão do Sr. João Baptista Figueiredo. E Sua Excelência pode acreditar que o PMDB, a Oposição, combate o governo, faz oposição ao governo no campo das idéias, tão somente, aos seus atos de administração que forem contrários aos interesses nacionais e ao sistema político que temos, hoje, implantado neste País.

Por isso, queremos terminar dizendo que a única oportunidade que o Sr. Presidente da República teve de mostrar suas intenções de democrata, seria esta de realizar eleições em 1980, cumprindo o calendário eleitoral, através de lei que, como tantas outras, têm passado a toque de caixa, no Congresso Nacional. Mas, as outras têm passado para servir aos interesses do Poder. E esta que deveria passar para defender os interesses do povo, está sendo obstruída, e temos a apresentar aqui o nosso repúdio, se se concretizar a Emenda Anísio de Souza, que virá prorrogar os mandatos dos Prefeitos e Vereadores, porque nós não desejamos essa prorrogação; porque é uma maneira de

se esclarecer a Nação, uma maneira de se afirmar, no sentido de redemocratizar o País, seria, através do processo da eleição, para eleger os seus representantes.

Nós queremos deixar o nosso protesto desde já, se, a Emenda que prorroga os mandatos de prefeitos e vereadores, for aprovada hoje no Congresso Nacional, e dizer que, será um passo, um retrocesso na vida democrática deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Lê):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Quem pretender analisar historicamente os acontecimentos e fatos políticos que formaram o mosaico ditatorial dos últimos 16 anos, poderá se interrogar porque medidas típicas de arbítrio, tiveram livre curso no Poder Legislativo. Na verdade, o sistema ditatorial teve no Brasil, uma resposta permanentemente cordata por parte do Legislativo.

A guisa de ilustrações, seria fácil declinar as infundáveis tentativas de fiscalização que setores de oposição e segmentos sociais tentaram, mas sistematicamente não passaram pelo legislativo, nem em forma de simples pedidos de informação. A determinação de fechamento do sistema, sempre impediu que o Parlamento fosse efetivamente um fiscal, muito embora aflorem diariamente denúncias de corrupção e mordomia oficial. Parece que nesta quadra histórica, o Poder Legislativo não só se apequenou, mas deliberadamente fez-se conivente e parceiro do arbítrio usado ao desplante dos ditadores do dia. Mas para que o Legislativo fosse dócil e servisse aos intentos do arbítrio, foram usados expedientes maquiavelescos como a Lei Falcão e a bioncidade dos que entraram no parlamento pela porta dos fundos.

Assim, no relato da história, ficará o Parlamento brasileiro, como o indivíduo que de cócoras, assistiu a prepotência dos que se intitularam donos e senhores da Nação. Só aos mais atentos e aos que primarem pelos detalhes, será conhecida a verdade verdadeira, de que uma parcela do parlamento, é verdade a minoria da oposição, mas ficará informado que os que tinham compromisso com a história e com a Nação, ficaram em posição erecta e digna, enfrentando com galhardia e patriotismo as avalanches da ditadura que fez fenecer o poder popular.

Duas únicas oportunidades, apenas duas, a OPOSIÇÃO conseguiu obstar a pretensão da ditadura e não votou pela vontade da ditadura. O episódio Márcio Moreira Alves pretextado para a infâmia e sandice do AI-5 e a Reforma do Judiciário, para a regressão histórica dos biônicos. Porém, em todas as demais vezes em que a vontade ditatorial se exteriorizou, sempre e sempre, as decisões foram para atender casuísmos e não os interesses nacionais.

Agora, com a votação da emenda ANÍSIO DE SOUZA, tem o Parlamento a oportunidade única de afirmar-se até como Poder integrado por homens de princípios morais. Nada justifica a prorrogação de mandatos que por ser inconstitucional é até imoral. Muda-se a constituição porque a mudança favorece os que estão no Poder. Mas é a própria constituição declarando desde o início que TODO O PODER EMANA DO POVO. O povo quer eleições e o governo quer apenas o PODER, sem restrições. Mas o julgamento da história virá implacável, assim como a lógica e a razão acabam se impondo. Os que hoje subservientemente votam para satisfazer os poderosos, haverão de prestar contas amanhã, não apenas à Nação, mas aos seus próprios filhos que não aceitarão os argumentos e falácias hoje espendidos a título de justificação deste verdadeiro atentado à causa democrática.

Sem eleições não existe democracia e não se faz democra-

cia sem usar-se os meios e métodos democráticos. O casuísmo tem sido a constante para preservar o poder na casta dos privilegiados enquanto a fome e o desespero ronda as massas marginalizadas e sofridas do povo. A falta de coragem para romper o círculo do arbítrio e a pusilanimidade dos que podendo salvar o parlamento de mais uma catástrofe, se acomodam, se omitem e se locupletam até com chantagem de interesses pessoais em troca do prejuízo nacional, é uma constatação dolorosa mas real. O governo e seu partido, apoiam e farão passar a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores. Quem disser que estão cometendo um crime contra a democracia, pode hoje não ser acatado, mas o será pelo amanhã democrático desta terra. Hoje, o casuísmo é usado para manutenção do poder, mas usado contra o direito legítimo do povo, fonte única e absoluta do Poder.

Todavia, os que pensam que tudo podem, não podem contudo, pensar contrário aos que pensam idealisticamente pelo bem geral. Sabem também que o desdobramento desta ação casuística haverá de vir. E virá não pela mobilização dos partidos que hoje se opõem a prorrogação. Não, a repulsa a continuidade de um poder que não teve respaldo popular, virá pela própria sabedoria popular. A falta de respeito que passarão a ter os que contra a vontade popular se manterão no poder, surgirá até em forma de desprezo e gozações. Os péssimos prefeitos que hoje atrasam a vida de municípios, os corruptos que serão mantidos para tristeza e decepção de seus munícipes, os incompetentes que comprometem os nossos municípios, todos esses, até mesmo os capazes e eficientes e honestos que reconhecemos também existir, todos eles, não haverão de escapar da crônica mordaz e severa do povo.

O eleitorado não tem condições de reagir a prorrogação dos mandatos, mas no desdobramento da ação política municipal uma verdadeira ira popular haverá de se levantar contra aqueles que ilegítimamente se sirvam das prefeituras para nelas ficarem mais dois anos. O homem do povo, embora não reaja contra a violência que sobre ele se abate, tem outros meios de revidar e principalmente através da ironia, do sarcasmo e da ridicularização sabe se vingar dos usurpadores do poder.

Afinal, mais uma vez o regime será vitorioso, eis que os biônicos adredemente asseguram vitórias ao PDS, mas o POVO já está apelidando a emenda Anísio, como a EMENDA GERSON, eis que entendeu sabiamente que os que nela votarão, são os atletas permanentes do TIME QUE GOSTA DE LEVAR VANTAGEM.

Foi assim e continua assim.

De vantagem em vantagem para os donos do poder, a Nação foi de prejuízo em prejuízo, reduzida ao triste estado de coisas que hoje retratam a miséria, a desesperança e a falta de perspectivas de saída.

Vantagem para os poderosos só acontecem porque são o resultado dos prejuízos da coletividade. Vantagem para os prefeitos corruptos, são prejuízos à moralidade administrativa e decepção aos homens de bem, que mais do que nunca, poderiam nesta hora repetir Rui Barbosa, quando disse que de tanto ver injustiças e safadezas o homem sente-se envergonhado de ser honesto.

Existem homens honestos no PDS.

Existem.

Mas os honestos do PDS, devem estar envergonhados do comportamento que se adota para desrespeitar a vontade popular. Os honestos, constrangidos e envergonhados, não sabem como justificar para si mesmos o injustificável da prorrogação por dois anos. E se amanhã novo casuísmo não permitir a coincidência dos mandatos e mais uma "emenda vantagem" for proposta, como ficarão aqueles que hoje, votam para que se verifique a coincidência?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário

reservado às Lideranças, a Mesa consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se deseja fazer uso do seu horário. (Declina). Tendo declinado a Mesa consulta a Liderança do Partido Popular. (Pausa).

Com a palavra o nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença na tribuna, justifica-se porque talvez seja a oportunidade que temos nesta Casa para uma manifestação a respeito do posicionamento que será tomado pelo Congresso Nacional, com referência à prorrogação de mandatos, uma vez que somente voltaremos a nos reunir na próxima semana. E eu o faço, Sr. Presidente, porque tenho na lembrança, que quando começamos a discutir, há alguns meses atrás, o problema da prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores por diversas vezes ocupei a tribuna, para dizer na ocasião, o que pensava do assunto, como entendia o comportamento do Governo e quais seriam, finalmente as posições a serem adotadas.

E, hoje, volto absolutamente tranqüilo, porque tenho convicção de que em nenhum momento, me confundi ou errei naquilo que pensei. Fiz críticas desta tribuna, quando através de pronunciamentos, especialmente pela televisão e pela imprensa, figuras de destaque no âmbito nacional do Governo da República, faziam questão de dizer ao povo, de tentar fazer com que o povo entendesse que o Governo deixaria a critério exclusivo do Congresso, se teríamos ou não, a prorrogação dos mandatos. Que o Governo não participaria, que o Governo acataria decisão que fosse tomada, através dos Deputados e Senadores.

Já, naquela ocasião, me insurgi daqui, dizendo, que não correspondia à verdade, que era mais um blefe do Governo, e, tanto é verdade, que no decorrer dos dias, as oposições então, se reuniram e resolveram pagar o blefe para ver, foi quando se apresentou na Câmara dos Deputados, um projeto que viabiliza a realização das eleições municipais. Por diversas vezes, a bancada governista fugiu do plenário, não dando "quorum" e não permitindo a votação daquele projeto, que daria condições a que tivéssemos as eleições municipais, até que, acabou definindo, que o melhor mesmo seria a rejeição da matéria, quando então conseguiu maioria para rejeitar e não permitir, que se encontrasse uma fórmula capaz, de viabilizar as eleições para este ano.

E, a coisa continuou no mesmo caminho, a mesma expectativa mas a convicção, sempre, cada vez mais crescente do que fatalmente, teríamos o Partido Governista, com todas as suas armas, defendendo a prorrogação dos mandatos. E, estamos chegando finalmente, a esta posição. Com os partidos de Oposição, defendendo e mantendo as mesmas posições de início e a expectativa nacional hoje, conseguirá o PDS, na Câmara dos Deputados, atingir os 211 votos que permitam a aprovação da emenda. Mas, na verdade, Srs. Deputados, a minha preocupação não está tanto, no resultado que possamos ter da decisão do Congresso, da prorrogação dos mandatos, não está no problema de que venhamos a ter neste País, quase todos os cargos ocupados de forma biônica, além dos Governadores biônicos, da parcela de Senadores biônicos, de Prefeitos biônicos em capitais e em municípios, na área de segurança nacional, passaremos a ter prefeitos e vereadores biônicos pelo Brasil inteiro, até 82, cuja eleição, eis o ponto de interrogação.

Pergunta-se hoje: Porque esta posição do Governo? Seria pela fome do povo que votaria contra? Seria porque os salários do operário terminam, mal ele o recebe já termina, pelas péssimas, pelas poucas condições de sobrevivência? Seriam em função da reação do povo, pelos aumentos constantes, especialmente dos serviços públicos? Seria, enfim, a inflação galopante, que poderia fazer com que abertas as urnas, o povo desse a resposta ao Governo? ou será que a preocupação não estaria em outro campo, no campo político? A aprovação da emenda de Anísio de Souza, para mim neste momento, talvez possa até represen-

tar o perigo de que não tenhamos as eleições diretas para Governo em 82. Porque vejam os Srs. não estará eventualmente o governo pensando na manutenção dos colégios eleitorais, que vão permitir que possa depois tranquilamente com estes colégios eleitorais garantir todos os próximos governadores biônicos. Não poderá eventualmente o Governo passar a sofrer de novo as tais eleições diretas. Não poderão mudar outra vez as regras do jogo? Não poderemos ter a repetição dos casuismos que estão tão comuns neste País? São as indagações que devem ficar.

Na verdade nós aqui não temos o privilégio dessas decisões. Temos apenas que observar e ficar aguardando a decisão que se tome a nível nacional, a nível federal, as posições que serão tomadas através dos representantes da Câmara dos Deputados e do Senado, para depois sabermos em que pé estaremos.

Venho então a esta tribuna por entender que o meu Partido, o Partido Popular, com as posições já fixadas a nível nacional em favor de que o povo possa votar e entendendo que o aprimoramento das instituições democráticas só pode efetivamente se concretizar se caminharmos por este terreno, legando ao povo mais direitos e não tirando dele, os poucos que ainda restam, entendo que assim, agindo desta forma não estaremos caminhando para nenhuma abertura maior no sentido democrático, mas sim, estaremos na verdade é caminhando para um fechamento ainda maior.

Não sei o que acontecerá depois. Não sei e tenho pensado depois desta posição que venha a ser tomada pelo Congresso Nacional, se acabar definindo pela prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores me pergunto, e depois o que acontecerá? Depois teremos realmente as condições de continuar acreditando nas juras do Presidente pela efetivação das eleições para governadores?

É um assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que pelo menos pretendo fique registrado neste meu pronunciamento nesta Casa, para que no futuro possa então, queira Deus, entender que estava errado em levantar dúvidas. E queira Deus que efetivamente se cumpram, pelo menos as outras promessas porque tantas feitas até hoje não foram cumpridas.

**O Sr. Lineu Turra** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Dácio Leonel, Vossa Excelência, acho que está com inteira razão. Há fundadas dúvidas quanto a realização das eleições de 1982, as eleições diretas para Governador. Isso já disse de certa feita na tribuna, e até dizia então que seria a prorrogação de mandatos é o empenho maior que está fazendo a área situacionista de âmbito federal, porque na verdade a mim me parece que se trata realmente de um blefe, aquela emenda, aquela proposta de restabelecimento das eleições diretas para Governadores e Senadores.

Então acho que Vossa Excelência está com absoluta razão e penso Deputado Dácio Leonel, que o Governo, porque veja Vossa Excelência, em 1967 o Congresso Nacional teve 72 horas para dar, o relator dar o Parecer na Constituição, para a aprovação da Constituição de 67 que foi enviada para o Congresso Nacional.

Tiveram 45 dias para aprovar uma Constituição. Imagine Vossa Excelência 72 horas para o Relator dar o Parecer na Constituição de 67. E tiveram 45 dias para aprovar esta Constituição. Ora, se uma Constituição teve este prazo - uma Constituição que deve ser discutida, porque é a peça básica; é fundamental, é o que dá o suporte jurídico e ordenamento jurídico, maior de um País, do qual se fundamentam todas as leis. Se dá 72 horas, uma leizinha, simples leizinha que se iria dar condição para a realização de uma eleição, em 72 horas seria aprovada esta lei pelo Congresso Nacional, se houvesse interesse do Governo, em realizar estas eleições. Por isso, acho que existe, como já disse, quando interessa para o Poder, aí eles fazem tudo, têm condições para tudo; quando interessa para o povo,

não há condição para nada.

Muito obrigado.

**O SR. DÁCIO LEONEL** — Muito obrigado, Sr. Deputado.

E com o aparte de Vossa Excelência, dou por encerrada a minha presença na tribuna, Sr. Presidente.

**O Sr. Lineu Turra - (Pela ordem)** — Sr. Presidente, apenas queria fazer uma observação, que hoje a sessão está se realizando pela manhã, em virtude de um requerimento que aprovamos ontem. Mas esta sessão seria normal. E acredito que até houve um equívoco em se suprimir o Grande Expediente, porque esse seria para as sessões de segunda-feira ...

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — A Mesa informa ao nobre Deputado, que de acordo com o entendimento mantido com as Lideranças, todas as sessões que fossem realizadas pela manhã não haveria Grande Expediente.

**O SR. LINEU TURRA** — Entendo diferente, Sr. Presidente. acho que a sessão de hoje, apenas se modificou o horário mas estou, agora é apenas para registrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — No horário reservado ao PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Talvez estejamos vivendo, nestes dias, os momentos mais graves das últimas décadas neste País.

E neste momento, parece que o problema do político, é bastante maior; já que é uma classe hoje completamente marginalizada. Faço profissão de fé hoje, de que neste País o povo não confia mais em ninguém. O povo não acredita nos seus dirigentes, não acredita nos seus políticos, não acredita mesmo nos seus movimentos, mesmo na sua Igreja.

É balela dizer que alguém neste País hoje, representa alguma coisa. E isto, Srs. Deputados é muito grave, principalmente em se tratando de nós, políticos, que temos uma procuração para tal.

Vivemos um momento, Srs. Deputados, em que dificilmente podemos discernir o certo do errado. E nesse contexto é que pretendo dizer alguma coisa sobre e em especial, o Sr. Presidente da República.

Vejo a mão do Sr. Presidente da República estendida e com toda sinceridade não sei se ela está estendida realmente para um abraço ou para um novo muro sobre a Mesa. A sua sinceridade talvez seja um dos fatos mais importantes a ser posto em discussão neste momento neste País, como não reconheço no Sr. João Baptista Figueiredo, dotes de ator, creio, que este homem, o cidadão João Baptista Figueiredo, realmente é um cidadão sincero. O seu "prendo e arrebenito" realmente é sincero; as suas lágrimas ao assinar a Lei de Anistia são sinceras; e as suas palavras ainda recentemente quando prometia prender e punir de acordo com as leis, os terroristas que hoje estão a infelicitar este País, são palavras sinceras.

O cidadão João Baptista Figueiredo, o reconheço um homem sincero. Apesar do defeito de sua formação ideológica, o Sr. João Baptista Figueiredo, parece realmente ser sincero.

Sua formação de anos e anos de SNI; sua formação de 16 anos de ditadura - aliás, 16 anos de ditadura que também deformou a nós políticos - naturalmente se faz presente.

E, agora, ainda em Uberaba, quando, sinceramente - no meu ponto de vista - prometia acabar com o terrorismo, ele resvalava, de repente, para fazer o patrulhamento da Oposição. Pois, ao tentar balizar os limites que a Oposição pode ou não chegar, ele, de fato revelava os anos e anos em que passou nos porões da repressão deste País.

Portanto, se de um lado temos um cidadão sincero, de outro há que se desconfiar se o Presidente da República é sincero ou se pode ser sincero.

E Srs. políticos, as páginas dos jornais de hoje estão a dizer e a mostrar a esta Nação, que talvez até o Sr. Presidente da República, querendo mas não podendo ser sincero, pois enquan-



to os jornais estampam em primeira página o abraço do Presidente do Partido da Situação ao Presidente de um dos Partidos da Oposição; ao mesmo tempo em que a classe política procura um rumo e que o Sr. Presidente da República parece ser sincero, como cidadão, nos seus propósitos, por trás, e paralelamente, o Líder do Governo no Senado insinua maliciosamente que o eminente jurista paulista Dalmo Dallari teria sido apenas vítima das suas próprias idéias; teria simulado o seu seqüestro para poder ter força como homem de Oposição junto a Sua Santidade que visitava o Brasil.

Paralelamente, Srs. Deputados, ao abraço dos Presidentes do Partido da Situação e um dos Partidos da Oposição, se vota, "na marra", no Congresso Nacional, a prorrogação dos mandatos.

Que sinceridade será a do Sr. Presidente da República, que prometeu fazer uma democracia neste País, democracia "sui generis" porque democracia sem voto. E, paralelamente, Srs. Deputados, a esse aperto de mão, o que nós vemos é em relação ao Partido presidido por um dos mais eminentes brasileiros, Ulisses Guimarães, as mesmas autoridades que durante os últimos anos não conseguiram desvendar sequer um crime de terroristas, estas mesmas autoridades, em apenas 48 horas, na terra do maior anti-comunista, do cidadão mais deformado ideologicamente deste País, o ex-Líder da ARENA no Congresso Nacional, Sr. José Bonifácio, na terra dele, em apenas 48 horas descobre que o terror está sendo feito pela esquerda, por homens ligados ao terrorismo internacional. E descobre, Srs. Deputados, que um deles é, ou teria sido, Vereador pelo PMDB. A mesma presteza que, nos últimos anos, não demonstraram quando, claramente, os terroristas estavam à vista. Quando Erasmo Dias tinha diálogo direto - e ele próprio admite - e mandava aumentar, ou diminuir, a quantidade de terror a ser feita. Quando uma chamada Falange Pátria nova assume atentados, mas não assume outros casos e não em 48 horas, não em 48 dias, mas nem em anos se descobrem os verdadeiros terroristas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece que a sinceridade do Senhor Presidente da República e do cidadão João Baptista Figueiredo está altamente comprometida. Comprometida talvez não pelo seu pensamento pessoal, mas comprometida porque talvez ele - e isso que é grave, Sr. Presidente - talvez o Presidente da República desta Nação já não o seja mais. Já seja vítima de um sistema que esteja a mandar e que já derrubou tantos e tantos presidentes.

Por isso nos parece que os dias que corremos são dias difíceis. A Oposição não quer derrubar João Baptista Figueiredo da Presidência. Mas, parece haver forças muito fortes rodeando esse cidadão, esse General, esse Presidente da República, a quem quer que isso ocorra.

E neste momento, é muito importante que todos nós tenhamos soluções; nós, classe política, hoje, sem qualquer vínculo com o povo essa é a grande verdade - sem gozar qualquer confiança de qualquer segmento da sociedade. Porque, infelizmente, nós, políticos, fomos, aos poucos perdendo a autoridade, graças ao "sim", graças ao baixar a cabeça. E à medida que baixamos a cabeça, a canga nos foi sendo colocada. E, hoje, muito difícil está podermos levantá-la.

Srs. Deputados, estamos fazendo um esforço pessoal para acreditar que, realmente, na sinceridade do Sr. Presidente da República. Estamos fazendo, sinceramente, um esforço, para acreditar que o Sr. Presidente da República quer, realmente, essa abertura. E já o afirmamos, e já o confessamos, achamos que o cidadão João Baptista Figueiredo realmente a quer. O mesmo não pensamos dos que o cercam, o mesmo não pensamos do seu pano de fundo, pois os fatos estão a demonstrar que as coisas não são como deveriam ser.

Quanto ao cidadão que teria sido vereador pelo meu Partido e que teria sido preso como terrorista, a ele queremos

apenas uma coisa:-- que a Lei seja cumprida.

O terror, não é terror de esquerda. Se, amanhã, descobrirem que o Sr. Luiz Carlos Prestes ou qualquer outro eminente cidadão, comunista, deste País, vier a jogar bombas, é bom que fique muito claro que, isto, não transforma o terrorismo, em terrorismo de esquerda; o terrorismo é de direita. Mesmo que a mão que lance a bomba seja do comunista mais ferrenho, mesmo que a mão que lance a bomba seja do homem mais à esquerda, mas, o terrorismo, é de direita, porque, à direita é que interessa um fechamento neste momento, é à direita, Srs. Deputados, que interessa que os escândalos que estão aí a aparecer nos jornais graças a essa abertura, é à direita que interessa, que se feche, que novamente se imponha a censura à imprensa, que novamente se fechem os Parlamentos, por isso, todo e qualquer ato de terror que se faça neste País, neste momento necessariamente é de direita, repito, mesmo que executado por homens de esquerda!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - A Mesa lembra o nobre Deputado que se encontra na tribuna, que, Vossa Excelência, tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DENI SCHWARTZ - Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, chegamos a entender, agora, porque os negros tempos da censura nos proibiam ver filmes como "Z", ou como esse que hoje está em cartaz em Curitiba, "Saco e Vanzetti". Realmente, por aí poderíamos começar a achar aqueles que não estão permitindo que a sinceridade do Sr. Presidente, do cidadão João Baptista Figueiredo seja sinceridade também, do Presidente.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, realmente, Vossa Excelência tem inteira razão quando declara que, à Oposição, interessa a punição, seja quem for o culpado por esse, ou por outro qualquer atentado, agora, o que o Governo se apressa em fazer, é, atribuir a um Vereador que segundo informações, não está filiado ao PMDB mas esteve filiado ao antigo MDB, por falta de outra opção, e o que é pior, diz se tratar de uma pessoa que não tem comportamento compatível com as ideologias mais radicais, ele não tem um comportamento reto no sentido de uma conduta coerente. E fora daí, faço a seguinte pergunta: como é que, no Rio de Janeiro, o atentado à OAB e especialmente contra um Gabinete de um Vereador do PMDB, de que maneira, Sr. Presidente, de que maneira, Sr. Deputado, se pode atribuir às esquerdas?

O fato é o seguinte: todos nós da Oposição, quero crer, todos com quem temos conversado, desejam que haja punição daqueles que agem da forma mais condenável como é a forma do terrorismo.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ - Sr. Presidente, se Vossa Excelência me permitir, pela ordem, gostaria de ler a súmula de um requerimento, a pedido do Deputado Nelson Friedrich que, em função da não existência do Grande Expediente, hoje, ficou prejudicado. Apenas a súmula do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Vossa Excelência tem 1/2 minuto para a leitura.

(Lê a súmula do requerimento):

"Requer expedição imediata de TELEX às Lideranças de todos os partidos com assento na Câmara Federal e Senado da República, para que, cumprindo o que todos os programas partidários estipulam, seja prontamente rejeitada a Emenda prorrogacionista Anísio de Souza, por ser antidemocrática e ofensiva à dignidade do mandato popular dos atuais prefeitos e vereadores."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - No horário reservado ao PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado, Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente os pronunciamentos dos eminentes representantes de partidos oposicionistas, que compareceram à tribuna da Assembléia Legislativa nesta manhã, para dizer oficialmente do posicionamento contrário à prorrogação de mandatos.

E também, manifestar a apreensão diante dos acontecimentos lamentáveis que vêm ocorrendo em nosso País, recentemente, em que o terrorismo está aparecendo da forma mais visível.

Com relação ao terrorismo, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, lembrou o eminente Deputado Fidelcino Tolentino, que o elemento que liderou aquele mau serviço é integrante do Partido da Oposição. Lembrou ele, que não estaria sendo considerado um legítimo integrante pelos próprios elementos da Oposição.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os partidos foram organizados recentemente, ele poderia estar inclusive, sem partido, se não tivesse opção, mas ele escolheu as cores de um partido e foi acolhido por este mesmo partido; não foi repellido na oportunidade.

Por isso, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, acho que nós devemos ter a responsabilidade de admitir determinados atos e procurar, se for o caso, em termos partidários, tomar as providências cabíveis. Mas não devemos, como políticos, procurar encontrar certas desculpas a posições adotadas por companheiros de uma mesma agremiação.

O fato é que devem ser apurados os outros atentados também, que tenham sido cometidos por direitistas ou esquerdistas, porque temos um dever de defender a democracia a qualquer custo. E não é por atitudes terroristas que se conseguirá a afirmação democrática que precisamos em nosso País.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência concede um aparte? — (Assentimento).

Deputado Losso, confesso, desalentado, que estou estranhando a postura de Vossa Excelência, na tribuna, afirmando que eu teria dito que pertence ao Partido do PMDB, esta figura hoje, pela imprensa contraditória, a nível nacional.

Apenas, pela própria imprensa, eu aludi que ele teria sido do MDB, por falta de opção de entrar talvez, em outro partido, mas não cheguei a afirmar e contesto que ele esteja dentro do PMDB. E, se estiver, — que eu não conheço e não sei a circunstância — mas esteja certo Vossa Excelência, que o partido que repele a forma de chegar à democracia pelo processo usado em Barbacena e Antônio Carlos, evidentemente que o partido, naquela comunidade, haverá de promover a punição, se for cabível punição, se realmente é de autoria de um componente do Partido.

Porque até agora, só se fala Deputado. Agora, a verdade é que, quando se explodiu um gabinete de um Vereador do MDB do Rio de Janeiro, que já faz mais de uma semana, até agora as autoridades não chegaram a descobrir quem foi que cometeu esse atentado e na Ordem dos Advogados do Brasil, contra uma das instituições mais respeitáveis deste País.

Agora, não venha Vossa Excelência, com o devido respeito, atribuir ao todo do Partido da Oposição, esse tipo de comportamento, porque Vossa Excelência é testemunha, do comportamento a nível nacional, do esforço que o PMDB tem feito para se chegar à democracia, denunciando inclusive, comportamentos até nesta Casa, contrários aos interesses democráticos.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Mas, continuando, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, lembraria que esses acontecimentos em Barbacena não foram realizados há uma semana atrás. As investigações devem ser feitas de forma segura. Porque, quando é apresentado um nome à Nação, este nome não pode

estar sujeito a dúvidas quanto ao seu comportamento. O Governo tomou as providências em relação a Barbacena e está tomando as providências em relação aos demais atentados.

Porque não podemos, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é colocar em dúvida a honestidade do Governo Federal, a honestidade dos componentes do PDS, porque não pode alguém que compõe o mesmo Partido em que existem terroristas, acusar os integrantes do outro Partido.

Acho que é uma questão de pensar, de analisar e de discutir conjuntamente com os componentes do outro partido, com os componentes do Governo, quais as melhores soluções para tirar do seio da sociedade, esteja o indivíduo desajustado em qual partido estiver, ele deve ser eliminado do seio da sociedade, e deve ser levado para trás das grades.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência está pregando o terrorismo!

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Mas não é o caso, Sr. Presidente.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Tem o aparte o nobre Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Darcy Deitos — Eu queria me inscrever também, eminente Deputado Losso, para um pequeno aparte.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Após, terá Vossa Excelência o aparte.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a atenção de Vossa Excelência, e quero em primeiro lugar, apresentar as congratulações a Vossa Excelência, pela serenidade, elegância e, acima de tudo, educação parlamentar que Vossa Excelência está usando na manhã de hoje. Uma lição que deve ser aprendida, especialmente pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que se arroga o dono da verdade nesta Casa.

Inicialmente, ele disse que o homem não era do partido, que o partido é um partido ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem. Peço a Vossa Excelência, que acho que não estou agredindo, muito pelo contrário.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência está agredindo.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Sr. Presidente, pela ordem, peço a Vossa Excelência, com o devido respeito, eu não aceito provocação, Presidente, humildemente, não aceito.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência está agredindo, agredindo porque está se portando com dignidade, com elegância, cumprindo o seu dever de parlamentar, defendendo a sua grei partidária tão rudemente, tão sem educação hoje de diversos oradores que se fizeram ouvir, atacada violentamente.

Chegou-se a chamar hoje a bancada do PDS nesta Casa, de bancada indecente, sem-vergonha e subserviente, quando nós sabemos que esta sessão está sendo realizada, atendendo apelo do nobre Deputado Darcy Deitos, representando a liderança do PMDB nesta Casa, na semana passada; tradicionalmente, o Poder Legislativo do Paraná cerra suas portas em homenagem à Semana da Pátria. E nós atendemos, sendo maioria nesta Casa, apelo do nobre Deputado Darcy Deitos, que disse ser necessário que o Partido da Oposição exercesse uma vigília cívica contra a prorrogação dos mandatos.

Entretanto, hoje, atendendo este apelo, fomos agraciados com adjetivos que não se usam no campo parlamentar, numa Casa de Leis. O próprio Deputado Darcy Deitos taxou-nos, chamou-nos de subservientes.

Por que? Porque temos um enfoque diferente da oposição? Somos obrigados a pensar em igual à Oposição? Quem nos obriga isso? O povo que nos trouxe a esta Casa? Não.

Este é um fórum de debates. Aachamos que nas atuais circunstâncias a prorrogação de mandatos dos atuais Prefeitos e Vereadores é o melhor caminho, muito melhor que a intervenção.

Mas este é um posicionamento da nossa bancada, que que-



remos ver respeitado. E Vossa Excelência, com muita dignidade, com muita elegância e com muito brilhantismo, está fixando este posicionamento.

E Vossa Excelência já começou a ser agredido, porque não se conforma com a verdade dos fatos. Nós respeitamos o PMDB, como respeitávamos o MDB que nesses 16 anos manteve viva a chama da Democracia neste País.

Mas temos que reconhecer — e bem disse o Presidente Jânio Quadros, — contra o qual se insurgiu também o Deputado Darcy Deitos — que o PMDB é um saco de gatos, e é porque aí estão acomodadas as diversas tendências do esquerdismo no País.

Movimento revolucionário, OI, movimento não sei o quê. Todas as tendências esquerdistas estão acomodadas em alas do PMDB. Eu não discuto, absolutamente, questão que eu acho de economia interna de um partido.

Naturalmente o PMDB saberá, na hora necessária, separar o joio do trigo. É um partido que está aí lutando pela redemocratização plena do País.

Nós respeitamos esse posicionamento, mas exigimos também respeito à nossa posição. Que nós nunca fomos fato-ráveis a atos de terrorismo, partam de onde partirem, nem de direita, nem de esquerda, nem de centro.

Nós somos brasileiros. Não podemos nos colocar, nesta opção que nos empurram: ou é de direita ou é de esquerda, absolutamente. Somos liberais, católicos, praticantes, amantes da Democracia, brasileiros patriotas que queremos o bem deste País.

E não estamos nesta Casa, para, diariamente, estarmos ouvindo insultos de colegas que não sabem exercer com dignidade o mandato parlamentar. E Vossa Excelência está dando uma lição, hoje, uma lição de pelo menos civismo, a alguns, felizmente, a alguns elementos da Oposição.

E seria o caso, se toda a Oposição se portasse da maneira como dois ou três oradores têm se portado aqui, com relação à nossa bancada. Seria o caso, nós poderíamos transformar esta Casa num campo de batalha, porque o homem escuta um desaforo, escuta o segundo, o terceiro, mas tem até tempo de ser sem-vergonha.

O homem não pode ser sem-vergonha indefinidamente. Tem que ter vergonha na cara, tem que ter sangue, para não estar ouvindo diariamente desaforos aqui dentro desta Casa.

Eu agradeço o aparte a Vossa Excelência.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradeço o aparte do nobre Deputado Erondy Silvério, que muito bem ponderou a respeito da obrigação que todos temos em defender a nossa Pátria, de todos os atos que possam afetar a estabilidade da sociedade.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Mas, antes de dar o aparte ao nobre Deputado Darcy Deitos, falou ...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, procurarei, em trinta segundos, dizer do outro objetivo da nossa vinda à tribuna, no horário da liderança, para então, os trinta segundos seguintes, serem oferecidos ao nobre Deputado Darcy Deitos.

Com relação à prorrogação de mandatos, lembraria apenas um aspecto. Nenhum partido, legalmente, tem condições de lançar candidatos para 15 de novembro de 1980. Se algum Partido, realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quisesse as eleições em 15 de novembro, já estaria devidamente organizado e já estaria com a relação de candidatos às urnas.

Mas aí está o desafio: qual o partido que lançou candidatos? Se algum tivesse condições de lançar candidatos, esse partido faria valer seus direitos. Creio que basta este argumento,

para mostrar que realmente os próprios Partidos se oficialmente dizem que são contra a prorrogação, na verdade, não estão trabalhando para que haja eleições.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Darcy Deitos. O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Losso, agradeço a Vossa Excelência por me dar todo este espaço para poder fazer este aparte a Vossa Excelência.

Mas eu queria apenas fazer duas colocações: a primeira é para dizer da dualidade de comportamento de Vossa Excelência, que vai à tribuna e diz que “oficialmente se posiciona contrariamente à prorrogação”.

Há dias atrás, quando eu estava na tribuna e lhe ofereci um espaço, num aparte, Vossa Excelência disse que, inclusive em Brasília, na última reunião da UPI, Vossa Excelência votou numa moção de apoio à prorrogação de mandato para Prefeitos e Vereadores.

Era esta a colocação.

A segunda, é que a acusação que Vossa Excelência faz da tribuna, lembra-me e me faz crer da realidade que hoje se passa dentro da Nação brasileira, com um filme que leva aqui nesta cidade, chamado “Saco e Vanzetti”. As posições são idênticas de acusação, e de se descobrir um bode expiatório.

E, ao eminente Deputado Erondy Silvério, talvez ele não tenha ouvido bem o meu pronunciamento. Porque, em nenhum momento, eu disse que a bancada do PDS nesta Casa era subversiva. Falei da maioria congressual, que dá sustentáculo à ditadura implantada em 31 de março de 1964, em Brasília, que faz o que o Poder Central quer. Talvez ele tenha entendido mal.

Falamos, naquela oportunidade, da maioria congressual. Agora, se Sua Excelência entendeu contrariamente, eu lamento.

Agradeço todo este espaço que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, concluindo, apenas diria o seguinte: o PDS leva em conta a realidade nacional, a realidade brasileira. Não é o fato apresentado em filmes que vai modificar o posicionamento de cada componente do PDS. E se há uma posição por parte dos Deputados do PDS a favor da prorrogação de mandatos, como também, conscientemente, votei a favor da prorrogação, no último Congresso da UPI, como outros Deputados votaram, inclusive Deputados da Oposição...

O Sr. Darcy Deitos — E como Vossa Excelência ocupa a tribuna dizendo que (inaudível) contrário.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Então, Sr. Presidente, diria que jamais estive nesta tribuna para dizer que o meu voto dado no Congresso da UPI tinha sido modificado. A minha posição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem sido sempre a mesma, e não mudei em momento algum.

E, para concluir, Sr. Presidente, tendo em vista alguns terem mencionado ...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta, mas o tempo na tribuna está esgotado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Questão de ordem) Gostaria de pedir a Vossa Excelência, que há coisas que a gente não pode se calar, e a dignidade e a decência precisam ser lembradas. Por isso, me inscreveria nas Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e Vossa Excelência está inscrito em Explicações Pessoais.

Sobre a mesa, emenda subscrita pelo Sr. Deputado Antônio Facci, lida da tribuna, ao projeto de lei que trata da reclassificação dos funcionários públicos estaduais. — Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio

Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. —  
Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. —  
Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada, 25 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão, mas não para votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 79/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "ESCOLA ESPECIALIZADA AMOR PERFEITO", mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 94/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 43/80), que revoga os dispositivos das Leis nºs 7074, de 02 de janeiro de 1979, e 7122, de 26 de abril de 1979. (Que proíbe aos integrantes da carreira de Procurador do Estado e do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, o exercício das atividades de natureza particular). Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 72/80, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — LAR DOS MENINOS DO XAXIM", da cidade de Curitiba-Pr. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 88/80, de autoria do Deputado ROMERO FILHO, que altera redação da Lei nº 6755, de 16/12/75, passando a declarar de utilidade pública o "LAR SÃO VICENTE DE PAULO", mantenedora do Asilo São Vicente de Paulo, em substituição à Conferência Vicentina São Francisco de Assis, Sociedade São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Umuarama. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 97/80, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ", com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Dácio Leonel, na condição de Líder da Bancada do Partido Popular, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado João Elísio, para compor a Comissão Especial que irá à Brasília tratar de assuntos ligados à paralisação das obras viárias no Estado do Paraná. — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Renato Bernardi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Deni Schwartz e Darcy Deitos, para comporem a Comissão Especial de Investigação dos Problemas Energéticos do Paraná. — Ao Departamento Legislativo.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Bernardi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Trajano Bastos, para compor a Comissão Especial que irá à Brasília, a fim de tratar sobre a questão da paralisação das obras viárias do Estado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro nova chamada nominal porque acho que não há quorum para o prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá nova chamada nominal.

A Presidência registra, com satisfação, a presença neste plenário, do Vereador Arlindo Teixeira, de Maringá.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. presidente, só gostaria de lembrar Vossa Excelência de que a Secretaria, quando lavrasse a Ata da presente sessão, que não se esquecesse de que foram 25 Srs. Deputados que compareceram a esta sessão e que responderam à chamada.

Agradeço esta Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Isto, nobre Deputado, automaticamente constará das atas. Eu não entendi a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado. Solicito do Sr. 1º Secretário, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

17 Srs. Deputados responderam à chamada; não há quorum para o prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 03, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 79 e 94/80.

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 72, 88 e 97/80.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 99, 104 e 105/80.

Levanta-se a Sessão.